

Transição, globalização e intimidade. Rio de Janeiro, século XIX*

Suely Gomes Costa**

Resumo

Contrapondo-se a David S. Landes em sua apologia a paradigmas que atribuem a riqueza e a pobreza das nações a diferenças climáticas, este trabalho propõe análises dos encontros de homens e mulheres de terras distantes, na perspectiva de longa duração histórica. Destaca impactos societários das economias de tempo sobre modos de vida artesanais advindos da ampla circulação de mercadorias em diferentes tempos e lugares, propondo revisões do economicismo de analyses das transições em áreas coloniais. Nas condições históricas do Rio de Janeiro, em especial, dadas as singularidades do século XIX, associa globalização e intimidade, tratados usualmente como esferas separadas. Espera, assim, ampliar a visibilidade de experiências históricas cujos sentidos civilizadores consolidam a pobreza e a riqueza das nações por perversos modos de reprodução social.

Palavras chaves: riqueza e pobreza das nações, globalização, circulação de mercadorias, economias de tempo, modos de vida, processo civilizador, reprodução social.

Resumen

Esta investigación ofrece un análisis de los encuentros entre hombres y mujeres de tierras lejanas en una perspectiva de larga duración cuestionando a David S. Landes en su apología de paradigmas que atribuyen la riqueza y la pobreza de las naciones a diferencias climáticas. El trabajo resalta el impacto societario de las economías de tiempo sobre modos de vida artesanales derivados de la amplia circulación de mercancías en diferentes tiempos y lugares y propone revisiones del economicismo de los análisis de las transiciones en áreas coloniales. En las condiciones históricas de Rio de Janeiro, especialmente en razón de las particularidades de siglo XIX, se asocia globalización e intimidad tratándolos usualmente como esferas separadas. Esperamos, por lo tanto, ampliar la visibilidad de experiencias históricas cuyos sentidos civilizadores consolidan la pobreza y la riqueza de las naciones por medios perversos de reproducción social.

**Maestra y Doctora en Historia Universidad Federal F. Profesora Tiempo Completo titular del Departamento de Servicio Social de Niteroi Universidad Federal F. Investigadora de CNPQ. Profesora de la Universidad Federal F de los Programas de Estudios de Pos-Graduados en Política Social y de Historia. Investigaciones y publicaciones sobre: protección social, relaciones de género, ciudadanía, salud y derechos reproductivos y feminismos. suelygom@oi.com.br

Palabras clave: riqueza y pobreza de las naciones, globalización, circulación de mercancías, economías de tiempo, modos de vida, proceso civilizador, reproducción social.

Abstract

This research offers the analysis of encounters between men and women from distant lands in perspective of historical long duration, in opposition to David S. Landes in his apology of paradigms that explain wealth and poverty of nations through climatic differences. This research emphasizes societal impacts of time saving on workmanly ways of living originated from broad circulation of goods in different times and places, while proposing revision on the typical economicism of analysis of transitions in colonial areas. In the historical conditions of Rio de Janeiro, specially given the singularities of the XIXth century, it associates globalization and intimacy, generally dealt with as separate elements. Hence, it hopes to make clear the historical experiences whose civilizational senses consolidate poverty and wealth of nations by corrupted means of social reproduction.

Key words: wealth and poverty of nations, globalization, circulation of goods, economy of time, ways of living, civilizational process, social reproduction

David S. Landes, em “*A riqueza e a pobreza das nações. Por que algumas nações são tão ricas e outras tão pobres*” (1998), repõe indagações enunciadas em fins do século XVIII pela clássica obra de Adam Smith (1974). Mas faz isso reavivando antigas teses sobre vantagens das regiões temperadas e agruras das tropicais, contrapondo marcos civilizadores que levam nações industrializadas a tantas conquistas e áreas “retardatárias” a tantos fracassos. Esta comunicação crítica tal perspectiva, reafirmando uma história comum que constrói, simultaneamente, a riqueza de umas às custas da pobreza de outras nações. Indica, para isso diferenças de transições para o sistema fabril na história contemporânea, nem sempre consideradas (Polanyi, 1980). Sublinha a oportunidade de retomada dos debates sobre essas transições nas áreas coloniais, tão instigantes nos anos 80 do século passado, situando neles os fazeres femininos. Landes considera que, para suas indagações, uma “abordagem histórica não garante uma resposta” (p.xxi). Mas admitindo-se que nessa abordagem, e somente nela, é possível obter algumas respostas sobre essas desigualdades, toma-se a revolução industrial não como resultado das condições favoráveis ao trabalho humano nos climas temperados, como denuncia Landes (p.1-16), mas do enfrentamento de circunstâncias que ameaçam privilégios dos ricos, como desvenda Marx. Dentre essas circunstâncias, estão os graves problemas de reprodução social postos pela escassez de recursos naturais na transição europeia para a industrialização e modos de solucioná-la - através da engenhosidade humana e de grandes deslocamentos marítimos em busca de abundância desses recursos nas áreas coloniais. Desafios estes movem Adam Smith em suas interrogações, seguidas de

perto pelas de outros pensadores – Say, Malthus, Ricardo e Walras - em torno da escassez - hoje retomadas sob novas roupagens – sobre o valor das coisas e essa incessante busca de abundância, redefinidas em novos marcos, por Marx. As transições européias, sob exaustão das formas de produzir dependentes da madeira, também fonte essencial de energia, levam à invenção de outros meios de gerá-la e à exploração de áreas do mundo abundantes em recursos livres na natureza. Necessidades de aumento do volume dos produtos primários e de obtenção de suprimentos continuados contra a escassez são meios de aumentar - com o menor esforço - os frutos do trabalho, uma refinada percepção de Adam Smith sobre as economias de tempo, fenômeno que essa comunicação retoma, ampliando referências de estudos da transição (Costa, 1988) de interesse para os estudos da globalização, da pobreza e da riqueza de homens e mulheres nos dias que correm.

Mostra Smith que a mera introdução de um instrumento ou de uma nova organização de trabalho pode reduzir o tempo de elaboração de produtos e aumentar a quantidade dos mesmos. Desde então, nos estudos da transição, o foco tem incidido sobre matéria econômica - efeitos das máquinas e da organização das empresas sobre processos de trabalho – ou sobre a esfera política - controle do tempo de trabalho e disciplina fabril. Um conjunto de inovações guardam, potencialmente, possibilidades de muitas economias de tempo e de aumento da produção de mercadorias, algo que instiga Rosa Luxemburgo (1977, p. 277), na experiência de colônias norte-americanas ao comparar de tempo trabalho com e sem usos de maquinaria:

**QUADRO SOBRE AS VANTAGENS OBTIDAS COM A MAQUINARIA EM
RELAÇÃO AO TRABALHO MANUAL**

TRABALHO	TEMPO DE TRABALHO COM EMPREGO DE MÁQUINAS POR UNIDADE		TEMPO DE TRABALHO MANUAL CONSUMIDO PELA MESMA UNIDADE DE PRODUTO	
	HORAS	MINUTOS	HORAS	MINUTOS
Plantio de pequenos cereais	-	32,7	10	55
Colheita e debulha de pequenos cereais	1	-	46	40
Plantio de milho	-	37,5	6	15
Corte de milho	3	4,5	5	-
Debulha de milho	-	3,6	66	40
Plantio de algodão	1	3,0	8	48

Cultivo de algodão	de	12	5,1	60	-
Ceifar o feno: recolher e empacotar	e	11	3,4	35	30
Foice máquina	x	1	0,6	7	20
Plantio de batatas	de	1	2,5	15	-
Plantio de tomates	de	1	4,0	10	-
Cult. e colh. tomates		134	52	324	20

De posse deste quadro, com base em W. A. Peffer (The Farmers Side. His Troubles and Their Remedy, New York, 1891 e no "Report of the U.S. Comissioner of Labor", 189), R. Luxemburgo reafirma preceitos que têm separado a esfera da produção daquele da reprodução, numa abordagem estritamente econômica. Esses têm desconsiderado regulações do tempo cotidiano e processos de trabalho nem sempre considerados econômicos, como os fazeres domésticos, que, em conjunto, marcam ritmos (tempos e movimentos) nos quais modos de vida individuais e coletivos se redefinem, construindo, com seus ritmos, muitos sentidos civilizadores, desde muitos séculos (Thompson, 1998, p. 13 – 24). A transição, nessa abordagem, em geral, é pensada como a superação de um "estágio" - em que predominam "relações pré-capitalistas da produção" destruindo, modos de vida artesanais, nos quais as mulheres, em especial, têm presença marcante. Ao desconsiderar que encontros de homens e mulheres de espaços próximos e distantes, como indica Marshall Sahlins (1990), em suas muitas trocas, desde muitos séculos, operam, o tempo todo, fundas modificações nos modos de viver, essa abordagem economicista mais oculta que desvenda. Uma extrema simplificação está nesse modo de observação das colônias norte-americanas e, sobretudo, dos processos sociais locais de tantas invisibilidades: ela abstrai que, desde os primeiros tempos coloniais, trocas se processam de muitas formas: não só de manufaturados da Inglaterra, mas de "produtos artesanais" por "artesanais" entre homens e mulheres - nativos locais e populações de várias procedências que atuam nas modificações de ritmos, continuamente, dos vários envolvidos nas relações de troca e sob muitas circunstâncias. Não se trata de negar a contribuição das relações sociais "fundadas" pelo sistema fabril, nas quais mais e mais economias de tempo e circuitos mundiais de trocas se ampliam, mas de entender que "nem tudo que é sólido se desmancha no ar" (Williams, 1975; Costa, 1988). O importante é não perder de vista que se forem pensadas as muitas complexidades locais essa história comum da produção da pobreza e da riqueza será melhor compreendida.

Economias de tempo tratadas na órbita das teorias econômicas, mais especificamente, da produtividade do trabalho, têm por foco a escassez e formas

de multiplicar a quantidade de produtos, em última análise, a riqueza dos indivíduos e das nações. Mostra Adam Smith que economias de tempo mudam escalas de produção. Todavia, seu maior interesse para os estudos das transições reside em expressar mutações das relações dos homens e das mulheres com a natureza e deles/delas entre si, tecidas numa “diversidade de respostas locais ao sistema mundial” (Sahlins; 1990, p.8). Escapar dessa restrita vinculação à esfera econômica, leva a admitir, como Sahlins, que um “tipo de mudança induzida por forças externas orquestrado de modo nativo, vem ocorrendo há milênios” (p.9). Isso desloca o foco das transições para as antigas áreas coloniais e muda referências dos exames usuais da divisão social do trabalho nas dinâmicas de transformação de modos de vida artesanais sob impactos do sistema fabril; faz avaliar imprecisões sobre seus significados civilizadores. Uma delas é que não se confere qualquer dimensão econômica às trocas entre comunidades tribais e entre essas e europeus, daí a noção de escambo de tantas ocultações. Mas quando se avalia o impacto de algumas inovações de antigos fazeres, como, por exemplo, em territórios africanos, desde muitos séculos, verifica-se redução de encargos de muitas práticas e geração de excedentes de produtos e de seres humanos, homens e mulheres, que engrossam fluxos de negreiros dos séculos XVI ao XIX (Costa, 1988). Trocas de artigos por artigos, consideradas de “escambo”, mudam práticas diversas e regulações de tempo, mesmo tribais de muitos sentidos civilizadores. Os cauris colhidos por europeus para uso como moeda junto a comunidades africanas, em escalas transportadas em embarcações de grande porte, transformam relações costumeiras dessas mesmas comunidades com a natureza e delas entre si: os europeus não apenas se favorecem de grandes suprimentos dessa moeda cujo valor se apóia em valores míticos e religiosos, como eliminam práticas usuais de colheita em reduzida escala desses pequenos moluscos pelas comunidades nativas, garantindo-se, de largos fornecimentos de escravos¹. Preceitos de um dado legado intelectual reduzem processos sociais de geração de excedentes - às relações capitalistas de produção sob o sistema fabril, deixando de reconhecê-la como uma regularidade histórica de longa duração, de muitos impactos sobre as organizações humanas – como nesse exemplo - e sobre as muitas relações sociais – de raças/etnias, classes, gêneros e gerações. Seguidas inovações técnicas acompanham muitos encontros de homens e mulheres de terras próximas e distantes, sob muitas racionalidades, verificando-se, sempre, através delas, a capacidade dos mesmos de fazerem escolhas e experimentarem, a qualquer tempo, na sua vida prática, meios vários de reduzir seus encargos (e suas penas) nas relações com a natureza e nas que estabelecem entre si (Kula, 1979).

No século XVI, no Rio de Janeiro, Jean de Lery (1926, p.266) traduz, por exemplo, a explicação dada por mulheres tupinambás sobre a enorme atração que demonstram por tesouras introduzidas nas trocas iniciais com europeus chegados a essa região: “Não nos faz maltratar nossas criancinhas, quando as tosamos”.

¹ Cauri, caural ou caurim, é um molusco gastrópode (*Cypraea moneta*), encontrado nas regiões tropicais dos oceanos Índico e Pacífico, cuja concha foi amplamente usada no passado como moeda, em regiões da África e da Ásia e no tráfico negreiro para o continente americano.

Nessa motivação, não há expectativas de ganhos movidas por qualquer racionalidade capitalista, embora o emprego de tesoura na prática da tosa costumeira possa ensejar uma avaliação de encargos dessa prática, como num outro registro desse mesmo século, feito por Hans Staden (1974, p.168): “Perguntei aos índios com o que podiam cortar os cabelos antes que os navios lhes trouxessem tesouras. Responderam que se tomava uma cunha de pedra, sustentando-lhe por baixo um outro objeto sobre o que se macetavam os cabelos. A tonsura se fazia com uma lasca de pedra apropriada que empregavam muito para tal fim”. Nesse caso, a introdução da tesoura na mesma prática evidencia vantagens de seu uso, numa avaliação de tempo e energia nele empregados. Essas escolhas contêm um valor civilizador - o de evitar maus-tratos às crianças -, mas também traduz uma racionalidade inscrita numa dada consciência do tempo (Elias, 1989, 1990). Experiências como essas levam a rever a noção de economias de tempo como pertinentes à “racionalidade capitalista” ou a eventos circunscritos a períodos das “grandes” transformações industriais do século XVIII e seguintes. Longe dessas imprecisões, as trocas e a circulação de mercadorias oferecem subsídios para pensar transformações sociais em tempos múltiplos e na longa duração histórica, inclusive as da intimidade, lugar de muitas ocultações. Mudanças produzidas pelas economias de tempo chegam sorrateiras. Inovações de modos de organizar a vida de homens e mulheres em torno de seus afazeres, os mais corriqueiros, atingem muitos lugares, constante e diferentemente.

No Brasil, modelara-se ao longo dos séculos, certo estilo autárquico de morar e de produzir que chega ao século XIX e prossegue, em muitas regiões, no século seguinte (e mesmo no atual), seguidamente atribuída ao gosto pelo exercício do “poder patriarcal” sobre vastos domínios territoriais, assertiva gilbertiana, hoje revista (Costa, 1988). Gilberto Freyre, mesmo nessa perspectiva, não deixa de registrar, porém, um padrão reprodutivo dominante entre os séculos XVI e XIX, prevalecente em várias regiões do país, onde se destaca a autarquia doméstica. Tributária das práticas de “agricultura de floresta” (Sahlins, 1987; Boserup, 1987) essa autarquia formata esse padrão dominante e, através dele fornece produtos para auto-abastecimento ao lado dos destinados á exportação. Nesse padrão, solidárias com a expansão dos processos de produção de artigos manufaturados (açúcar, metais preciosos, café, borracha) há práticas que apóiam o processo de não-assalariamento (ou de assalariamento precário), com base no amplo e árduo trabalho das mulheres, conferindo marcas singulares ao avanço das relações capitalistas de produção no país. Nessa formação social, a expansão dessas relações se faz em direção a terras virgens, portanto, com vantagens adicionais decorrentes da abundância de recursos livres na natureza, ao contrário das condições ambientais do continente europeu mergulhado em escassez (Hobsbawm,1979). Faz-se ainda repondo ou atualizando antigas modos de vida na floresta, recorrendo predominantemente a homens e mulheres vindos da África que, ambientados a esses modos, oferecem um rico capital cultural à reprodução de formas rústicas de viver a partir do século XVI . Essas circunstâncias, por sua vez, desestimulam a formação de mercado interno de bens de subsistência: colhe-se da natureza uma enorme quantidade de produtos necessários à vida; também, desfavorecem a disciplina fabril; é possível escapar das áreas manufatureiras para a vida em plena floresta tropical e recorrer a qualquer recanto

da mata para subsistir fora do sistema manufatureiro e fabril em marcha. Tais condições ambientais desafiam regras disciplinadoras do tempo impostas pelo sistema fabril; os quilombos brasileiros mostram isso. Só a escravidão africana permite recriar condições culturais de reprodução compatíveis com interesses coloniais nesses termos: trata-se de homens e mulheres ambientados plenamente aos modos de viver em áreas de mata, habilitados a dar continuidade e recriar na nessa área de floresta tropical do continente americano, modos de reprodução análogos a de seus territórios de origem, sem experiência de propriedade privada da terra, de assalariamento e sem os desconfortos e as fricções políticas abertos por homens pobres e livres em suas lutas sociais nas transições para a economia de mercado. Amalgamam-se, nesse processo, condições ideais de produção e reprodução para os empreendimentos coloniais. Tais vantagens se interrompem quando escasseiam recursos naturais sob exploração, tornando a busca e a incorporação de mais terras virgens, um modo de garantir ganhos e de expansão continuada desses empreendimentos, modo de regular seu volume de excedentes. Dessa itinerante busca de recursos naturais livres na natureza vai depender a manutenção do baixo custo de reprodução de mão-de-obra. Assim, a escassez de recursos naturais, a cada momento, ameaça sempre o patamar de custeio das manufaturas. Os custos dessa reprodução não se expressam em termos monetários, mas em ganhos e perdas de tempo: os aumentos de tempo de trabalho aplicado à economia de subsistência, nas conjunturas de escassez de alimentos e de outros produtos de subsistência, implicam redução de tempo dedicado às manufaturas. Se a ampliação dos domínios territoriais situa indícios de fortalecimento de relações patriarcais - como sublinha G. Freyre -, ao mesmo tempo, revela a forma de concentrar e privatizar a terra e seus recursos naturais em benefício dos já proprietários, como garantia de estoques de matérias-primas fundamentais aos ciclos produtivos (e reprodutivos) seguintes ou de novos investimentos na abertura de fronteiras. Nessa dinâmica, a marcante tendência à economia autônoma, à autarquia em relação ao mercado, tanto em moradas de fazenda, assim como nas chácaras e sobrados, sobrevive no Rio de Janeiro do século XIX, reafirmando vantagens reais na esfera da produção e da reprodução.

Até a abertura dos portos brasileiros em 1808, com quebra do monopólio português, embarcações, por muito tempo, preservam o outrora insignificante comércio de pacotilhas, aquele que abastece as casas de muitas miudezas, como parte das regras de controle colonial de trocas de mercadorias por navios estrangeiros (Costa, 1988). Na primeira década do século XIX, Luccock (1974, p. 28), um comerciante inglês, no momento em que enumera embarcações ancoradas no porto do Rio de Janeiro, registra o comentário de uma preta velha que passava por perto, “fiando enquanto caminhava”: “Como este Rio ficou grande!” Sob a intensificação do tráfico negreiro e, mesmo sob a redução das correntes africanas, o *hinterland* do Rio de Janeiro recebe, além de contribuições populacionais do tráfico intra-regional associadas às das vagas demográficas européias, um crescente volume de mercadorias, considerando que embarcações se avantajam em tamanho e em capacidade e velocidade de transporte. Ao longo do século XIX, o Rio de Janeiro, como principal porto brasileiro de chegada e de distribuição de mercadorias, expõe circuitos de trocas locais, regionais e internacionais que impactam práticas costumeiras, alteram tradicionais regulações

do tempo, direta e indiretamente, nas diferentes regiões do país e no exterior. Embarcações multiplicam-se, trazendo para o Rio muitos e os mais diferentes objetos. São, sobretudo, os de metal – ferramentas as mais variadas, sempre associadas também a usos domésticos. Utensílios de metal substituem os de madeira, como talheres, em especial facas e vasilhames de cerâmica, fogões de pedras e barro; multiplicam-se os artigos de fiação, de tecelagem, de costura, como fusos, agulhas, alfinetes, botões, colchetes, tesouras, fios de linha em novelos, rendas, tecidos finos - em grande parte produzidos na Inglaterra e na França. Nada têm de inocentes quanto a seus efeitos sobre a produtividade do trabalho na região (Costa, 1996). O Rio, como um grande centro distribuidor de economias de tempo, oferece com esses artigos compensações por “perdas” de horas de trabalho manual, traduzidas em ganhos de tempo e monetários, em momentos de expansão de fronteiras e de fundas modificações ambientais, pouco avaliados no conjunto da economia brasileira da época; como também não se têm aprofundado estudos sobre impactos dos artigos coloniais sobre as regiões que se industrializam.

G. Freyre, ao examinar a vida em sobrados e mocambos do Rio no século XIX, define esse clima cultural como de alargamento da vida social (Freyre, 1987). Potencialmente, objetos que chegam e que saem desse porto, em conjunto, produzem um formidável rearranjo dos usos do tempo, inclusive doméstico, com o desmonte (ou não) de muitas práticas e mudanças de escalas de produção. Esses artigos do país e os vindos de fora substituem etapas de processos de trabalho ou os parcelam. Incorporados às práticas domésticas usuais, em geral, produzem economias de tempo e novas escalas produtivas.

Joaquim Manoel de Macedo, romancista desse século, atento às contingências em que vive, percebe que há, no Rio, “horas novas”, mas que, apesar delas, convém “[...] não esquecer os costumes do tempo” (Macedo, 2004, p.13). Nada muda subitamente; por algum tempo, irregularidades dos fluxos de mercadorias persistem em diferentes conjunturas, e mesmo forçam produtores a transferirem-se de uma atividade para outra por falta de matéria-prima, de produtos ou de instrumentos de trabalho, ensejando, tantas vezes, “negócios de ocasião”; ocorrendo, por isso, a possibilidade de “comprarem-se ferraduras a um boticário como vomitórios a um ferreiro” (Holanda, 1987, p. 28 - 29)². Tais circunstâncias também tornam favorável o auto-abastecimento de produtos necessários às casas. Também favorecem a verticalização de atividades manufatureiras, caso das armações (pesca e trato de baleias) e da construção naval, por exemplo, que mantêm muitas unidades produtivas interligadas no

² Esse autor, tem sobre o fenômeno a seguinte noção: “Nos ofícios urbanos reinavam o mesmo amor ao ganho fácil e a infixidez que tanto caracterizaram, no Brasil, os trabalhos rurais. Espelhava bem essas condições o fato, notado por alguém, em fins da era colonial, de que nas tendas de comerciantes se distribuíam as coisas mais desbaratadas deste mundo, e era tão fácil comprarem-se ferraduras a um boticário como vomitórios a um ferreiro. Poucos indivíduos sabiam dedicar-se a vida inteira a um só mister sem se deixarem atrair por outro negócio aparentemente lucrativo. E ainda mais raros seriam os casos em que um mesmo ofício perdurava na mesma família por mais de uma geração, como acontecia normalmente em terras onde a estratificação social alcançara maior grau de estabilidade”. Já Capistrano de Abreu perceberá nos fluxos descontínuos de mercadorias aquilo que chama de “divisão imperfeita do trabalho”, conformando o mercado de muitas instabilidades.

mesmo espaço, garantindo-se do auto-abastecimento de diferentes insumos para diferentes etapas do processo produtivo, um mecanismo de defesa dos imprevistos de fornecimentos descontínuos (Costa, 1988). Nessa experiência, verifica-se que “as coisas devem preservar alguma identidade através das mudanças ou o mundo seria um hospício” (Sahlins, 1990, p.190). Pensar a globalização, nessas circunstâncias, tem a vantagem de reexaminar condições históricas materiais e condutas que asseguram continuidades, sustando ou mantendo interrupções de modos de vida, de processos de trabalho e de muitas tramas locais da intimidade. Por isso, na avaliação dos impactos de inovações tecnológicas vindas nesses fluxos, importa considerar aparentes continuidades de processos culturais, enfatizando que as coisas só mudam porque permanecem as mesmas (Sahlins, 1990, p.181).

Nas relações da intimidade, há indícios de muitas “revoluções” silenciosas -, como a da tosa entre tupinambás -, mas também evidências de que nem tudo se altera, ou de que nem tudo se altera de uma só vez, considerando continuidades e rupturas presentes na “economia autônoma” da casa – com seus vantajosos modos de auto-abastecimento, em grande parte a cargo das mulheres. Ora dependentes, ora independentes do mercado, essa autonomia se apóia, em diferentes regiões do país, na abundância de recursos livres na natureza, em fazeres de baixo custo monetário, num meio largamente desmonetizado, mantendo a ambiência ruro-urbana e a persistente rusticidade da vida cotidiana³.

De meados para fins dos anos 20 do século XIX, descontinuidades costumeiras de fornecimentos de mercadorias as mais triviais estão atenuadas⁴. Famílias, desde que disponham de alguns rendimentos regulares, podem reduzir, pela obtenção de mercadorias, a quantidade de escravos e de trabalho realizado em seus domicílios (Landes, 1994, pp. 49 – 129). A regularização do meio circulante, efetivada entre os anos 30 e 40, permite maior estreitamento dos frouxos elos das casas com o mercado; forjam-se, aí, novos parâmetros para a tomada de consciência do tempo, algo sempre presente na vida dos homens de todas as épocas (Elias, 1989, p. 19 - 34).

São muitas as mudanças sorrateiras já em fins do século XVIII. Dados relativos ao *household* (domínio da casa) no interior do "capitalismo histórico" - conceitos de Wallerstein (1985) - são úteis para pensar o quanto os circuitos das mercadorias – muitos destinados à economia de subsistência - impactam, em particular, a organização da intimidade, através de práticas femininas. Permitem rever conhecimentos sobre transição e trabalho doméstico, da maior relevância

³ A noção de “economia autônoma da casa” aqui usada é tributária, com devidas ressalvas, à de Capistrano de Abreu para a “economia autônoma dos engenhos”, na experiência do século XVII: “[...] o engenho representa uma economia autônoma; para os escravos tecia-se o pano ali mesmo; a roupa da família era feita no meio dela; a alimentação constava do peixe pescado em jangadas ou, por outro modo, de ostras e mariscos apanhados nas praias e nos mangais, de caça pegada no mato, de aves, cabras, porcos para as bandas do sul, para as do norte ovelhas, principalmente criadas em casa: daí a facilidade de agasalhar convivas inesperados e daí a hospitalidade colonial tão característica ainda hoje de lugares pouco freqüentados. De vacas leiteiras havia currais, poucos porque não fabricavam queijos nem manteiga; pouco se consumia de carne de vacas, pela dificuldade de criar reses em lugares impróprios a sua propagação, pelos inconvenientes para a lavoura resultantes de sua propagação, que reduziu este gado ao estritamente necessário ao serviço agrícola”. ABREU, C. de.(1970; p. 28).

para o exame da dialética em que globalização e culturas locais se movem, ontem e hoje⁵.

A progressiva instalação de padarias, quitandas, estalagens, hotéis, pensões, e empresas de transportes no Rio de fins do século XVIII, por exemplo, demanda escravos na condição de alugados ou de ganho; valoriza-se, assim, a mão-de-obra masculina mais que a feminina. Luís Edmundo (1951, p. 343 - 344) sugere mudanças da divisão ao sexual do trabalho culinário⁶:

Tem que ser o homem o diretor desse serviço. A mulher, contrariamente ao que se vê hoje, foi por todo o tempo colonial repudiada, tida e havida por imperfeita no serviço. Os graduados na ajudância, nas cozinhas, eram todos eles, negros, jamais negras. Quando muito, incumbiam-se as escravas de procurar, fora, os mantimentos indispensáveis ao labor das cozinhas. iam a compras, de samburá ao braço ou de balaios à cabeça.

A regra de manterem-se escravos como cozinheiros, quando modificada, repercute sobre pautas de regulação do tempo e hierarquias de trabalho feminino, mas também sobre relações com o mercado. Cozinheiros, como de hábito, acumulam funções de compradores, daí porque, seguidamente, como boleeiros, conduzem carroças, considerando distâncias a vencer, inclusive para obter o necessário abastecimento de um produto essencial à vida caseira, a lenha, cujo transporte exige o uso de força física e que não era vendida

[...] como entre nós [na Europa] por fornecedores especializados, mas pelas quitandas e aos molhos para as necessidades do dia, carregada por escravos. Assim vemos os cozinheiros das melhores casas voltarem do mercado seguido de um escravo, que leva, além da cesta de mantimentos, seu feixe de lenha (Leithold, Rango, 1966, p.19)⁷.

⁵ Vale lembrar os debates abertos por Sidney Chalhoub (1990) sobre relações escravistas na obra de J. Gorender, uma contribuição fundamental a essas revisões. Ver: Trabalhos de Sylvia H. Lara, de Sheila Castro Faria, Hebe Castro, de José Roberto Góes, de Renato Pinto Venâncio, importantes contribuições a respeito do tema.

⁶ A perspectiva que afirma ter o Rio de Janeiro, evoluído, ao longo do ‘século XIX num “[...] padrão colonial de sucessivas alterações urbanas de pouca monta”, como a de J. Needell, elimina a possibilidade de reconhecimento de processos sociais em desenvolvimento na longa duração. As “alterações urbanas” não são visíveis num presumido modelo de transição “campo x cidade”. Tampouco são perceptíveis na perspectiva de análise que admite “efeitos da urbanização sobre o cotidiano”, distinguindo o “interno” (das moradas) do “externo” (a cidade, as ruas), como esferas apartadas. A noção de “mudanças aceleradas da urbanização” faz parte do mesmo elenco de conceitos que pressupõem a exterioridade da vida das ruas em relação a das casas. Cf. NEEDELL, J.D. (1993, p. 44). O crescente predomínio de homens sobre mulheres nos trabalhos de rua, está em: SILVA, M. R. N. da. (1988, p. 156).

⁷ Note-se que o comércio de lenha no Rio concentrava-se nas regiões centrais da cidade, à beira-mar, considerando que esse artigo depende de descarregamentos de embarcações vindas do interior de baía e mesmo de lugares mais distantes. Sobre o assunto, ver *Comércio de lenhas, papéis separados por ordem cronológica. 1830 a 1904*.

Uma outra marca indelével da divisão sexual do trabalho feminino no Rio se confirma: mulheres pobres permanecem ativas e visíveis na rede de trocas de ruas e quitandas, nesse fim de século, apoiando tramas e regras de mercado⁸. Em 1808, essa demanda se acentua com a chegada da família real e de tantos europeus e com a abertura dos portos; intensifica-se a montagem de mais serviços na cidade. Além disso, estrangeiros pouco à vontade com as relações escravistas, casos de Maria Graham (Graham,1990) e de Ernest Ebel (1972, p. 29), engrossam a demanda e a valorização da mão de obra masculina assalariada para os afazeres domésticos.

Ao longo do século XIX, véus espessos sobre vidas domésticas e transições dificultam a compreensão de tempos e lugares da intimidade, do processo de formação de sociabilidades no movimento da globalização de mercadorias (Freyre, 1987)⁹. Na intimidade das casas do Brasil e, principalmente da região do Rio de Janeiro, do século XIX, mulheres pobres e ricas conhecem continuidades de relações sociais bastante singulares – de classes, gêneros, raças/etnias e gerações - que, organizam, na intimidade, “obrigações femininas”. Numa experiência que se estende por todo o regime escravista e depois dele, essas obrigações são regularmente transferidas de umas para outras mulheres, em geral, pessoas das famílias ou um enorme séquito de escravas, depois criadas e empregadas. Com ou sem mercadorias postas a liberar o tempo feminino, essa forma continuada de transferência de maternidade persiste e chega aos dias atuais (Costa, 2002). Essa intimidade e seus muitos códigos locais orientam decisões sobre o mercado, bem diversas daquelas que avançam no mundo industrialmente avançado. A administração usual da casa, como registrado pelo Padre Lopes Gama, nos anos 20 do século, (Freyre, 1987, p.109 -111) significa levantar cedo

[...] a fim de dar andamento aos serviços, ver se partir a lenha, ou fazer o fogo na cozinha, se matar a galinha mais gorda para a canja; a fim de dar ordem ao jantar, que era às quatro horas, e dirigir as costuras das mucamas e mulecas, que também remendavam, coziavam, remontavam, alinhavam a roupa da casa, fabricavam sabão, vela, vinho, licor, doce geléia. Mas tudo devia ser fiscalizado pela iaiá branca, que às vezes não tirava o chicote da mão¹⁰.

Em épocas iluminadas por velas e candeeiros, a seqüência de tantas tarefas, impõe um despertar e um adormecer bem cedo e uma vigilância constante sobre os ritmos do trabalho, considerando a usual “intercambialidade” de funções domésticas, deslocamento de uma mesma pessoa para diferentes etapas ou seqüências de atividades diversas e simultâneas, uma característica dos fazeres

⁸ Além dessa *divisão sexual do trabalho culinário* durante o período colonial, destaca que a atividade de *compra* podia incluir a de *venda*. A rede comercial estabelecida por mulheres, em fins do século XVIII: 141 bancas e 181 barracas de quitandeiras, no Rio, contava com a participação, nessa dupla atividade doméstica, de escravas e mulheres livres (Edmundo,1951).

⁹ G. Freyre distingue, no Rio, mudanças na casa de morada Para ele, trata-se do processo de fragmentação do “sistema casa-grande” evidenciada nos sobrados do século XIX nessa cidade.

¹⁰ Lopes Gama, nascido em 1791, em Recife, frade beneditino, foi deputado, sendo celebrizado por *O Capuceiro*, jornal de crítica de costumes brasileiros, publicado em Recife, entre 1837 e 1842.

domésticos, que se estende nesse século. Essa intercambialidade – ainda hoje perceptível em muitas obrigações domésticas – nesse tempo, se apóia em muitos escravos e criados, nos vários ambientes das casas, quase sempre, contíguos e se faz com grande movimentação de trabalhadores/as em dependências variadas e pode significar, com frequência, constrangimentos à vida privada. Essa circulação confere aos/às trabalhadores/as um grande poder de controle sobre a vida íntima de seus moradores e sobre seus próprios ritmos de trabalho. Como no sistema fabril, os avanços técnicos que chegam às casas mudam bastante esse poder de controle. Já na década de 20, o mesmo padre reclama de condutas indicativas de que aquela “mulher de antigamente” está sendo “[...] substituída nos sobrados e até em algumas casas-grandes de engenho por um tipo de mulher menos servil e mais mundana [...]”. Vivendo uma nova regulação do tempo, acorda tarde por ter ido ao teatro ou a algum baile ou por estar lendo romance ou olhando a rua da janela ou da varanda, ou mesmo por levar duas horas no toucador e outras tantas horas ao piano, às voltas com lição de música, sem falar na lição de francês ou na de dança. Também sugere mudanças na devoção religiosa, com menos idas ao confessionário, menos conversa com as mucamas e menos história da carochinha contada pela negra velha e com mais romance. Assinala que agora o médico de família tornara-se mais poderoso que o confessor e o teatro mais sedutor que a igreja; mesmo o ‘baile mascarado’ está atraindo senhoras dos sobrados (Freyre, 1987, p. 111). O desconforto do Padre Lopes Gama reside no desaparecimento daquela “boa mãe” que assegura a administração do conforto. E, às ausências femininas atribuem-se todas as tragédias domésticas. O tempo doméstico se alterara e isso significa que mulheres de rendas médias e altas rendas estão podendo mudar suas obrigações tradicionais. Mas nem sempre mudam do mesmo modo em pontos diferentes do país, numa mesma conjuntura, como mostra Helena Morley, sobre o cotidiano de sua avó, na região de Diamantina, nos anos 40 do século XIX (Morley, 1979, pp.70-71):

Se a gente queria escrever, pegava um pato, arrancava uma pena da asa e azia um bico na ponta. Se precisava de um vestido para andar na roça já tinha na tulha algodão, tirava uma porção, descaroçava, passava na cardadeira para abrir e depois fiava no fuso. Quando o fio estava pronto, punha-se no tear e as escravas teciam o pano. A roupa se cosia à mão, porque não havia máquina de costura. Não havia também fósforo. O fogo tinha de ficar aceso o tempo todo. Quando na Lomba descuidava e o fogo apagava, tinham de amontoar um bocado de algodão e dar um tiro para acender.

No Rio esse modo de vida conheceu mudanças: as casas recebem não mais apenas linhas e lãs, mas roupas prontas, depois máquinas de costuras e, mais tarde, fósforos que aceleram ritmos domésticos. Os fósforos, chegados ao Rio em meados do século, criam formidáveis economias de tempo, quando substituem essas e outras formas tradicionais de acender lenha, seja nas rústicas trempes de três pedras das mulheres pobres, seja nos sofisticados fogões de ferro das pessoas de renda média e alta. Fósforos de atrito, uma

invenção europeia da década de 30, só estão disponíveis no Rio nos anos 60 do século XIX, mas nem sempre disponíveis no resto do país (Marx, 1975, p. 279). Até então, usa-se a pederneira, sílex que produz centelhas quando percutido ou atritado por peças de metal, em especial, de ferro. Mas a obtenção da chama depende de lenha nem sempre disponível, de gravetos sem umidade ou da manutenção de brasa acesa no fogo morto. Outros impactos de mercadorias sobre a intimidade são perceptíveis: reduzem-se espaços das casas de moradas. Novas plantas arquitetônicas mostram a separação de ambientes íntimos, sociais e de serviços, com redução de áreas destinadas a serviços, a animais e a escravos/empregados.

As atividades domésticas usuais no século XIX, sob relações escravistas, de caráter predominantemente não-salarial, mostram-se solidárias com a marcha das relações capitalistas de produção e as subsidiam (Costa 1988, 1996, 2002); organizam-se como um conjunto de práticas de natureza pública desenvolvidas por muitas mulheres, sob condições técnicas voltadas para a produção de bens de uso corrente, nesse regime semi-autárquico das moradas, modo de regular o baixo custo de padrões reprodutivos. Essa tendência adentra os séculos XX e XXI, atualiza-se sob relações mercantis, mas lhe é plenamente favorável, por regular mínimos salários, sob desiguais fluxos de mercadorias chegadas ao mundo doméstico e às mulheres. Mulheres pobres têm sua produtividade do trabalho ampliada, mas em benefício de algumas outras para as quais trabalham. As que têm acessos a certos itens de consumo, liberam tempo, podem mudar tradicionais serviços e reduzir ainda sua dependência de escravas, criadas e empregadas. São muitas, porém, as pessoas pobres - mulheres e homens - trabalhadores em geral, que recriam, a baixo custo, um amplo departamento de produção de bens de uso corrente para si e os seus. Atualizam antigos modos de viver, quando vivem circunstâncias de ausência de acessos a bens e serviços de uso coletivo, como água encanada, iluminação pública, gás, equipamento sanitário e lugares próximos de abastecimento, além de precariedades de meios de transporte; experimentam a extensão e exaustão de rudes e pesados encargos, desenvolvidos em suas próprias casas, forma de recriar práticas costumeiras e de auto-regular sua reprodução com poucas moedas. O trabalho doméstico – nesse modo desigual de distribuir benefícios decorrentes de inovações técnicas – não só organiza padrões diferenciados de consumo de pobres e ricos, mas confirma a articulação desses padrões de reprodução entre si. Nas árduas e penosas práticas, diretamente vinculadas à subsistência de cada dia ou a padrões reprodutivos peculiares a essa experiência histórica, predominam relações pessoais em tudo diferentes das regras de convivência, postas por emergentes relações mercantis. No dia-a-dia, muitas são as dificuldades de sentir o valor do tempo e de objetos que chegam ao mercado. Por outro lado, práticas costumeiras, por muito tempo, animam o aprendizado das “prendas domésticas” através do que mulheres se preparam para o reinado como “rainhas do lar”, reforçando restrições de suas saídas para o espaço público, revelando um pouco das questões que chegam aos dias atuais, nesse entrelaçamento da história social local e mundial.

Admite-se, por alguns indícios, que mulheres pobres e ricas conheçam muito bem as tensões vividas por suas saídas para o espaço público, um aspecto

bastante conhecido dessa intimidade (Costa, 2004). Mesmo quando um crescente número de tarefas e obrigações domésticas se desloca das casas para serviços e produtos disponíveis no mercado, a casa não parece aliviada de encargos por inovações tecnológicas: esse é o lugar preferencial de exposição das prendas femininas e do conforto que geram. Por outro lado, formas desiguais de acesso à renda e a crônica desmonetização dessa sociedade não são ocasionais; elas se alimentam do trabalho e do tempo sem valor que o escravismo funda, reservando apenas para algumas pessoas mais acessos a bens e serviços pagos com moeda, algo conveniente à transição para as relações fabris. Na regulação do tempo feminino, práticas protecionistas - primárias – as de cuidados de crianças, velhos e doentes, a cargo de familiares e grupos de convívio regulam as secundárias - aquelas de mesmo fim, a cargo de organizações públicas e privadas (Castel, 1998), de relevância na redução das obrigações feminina. No Brasil, a efetividade das práticas primárias torna desnecessárias as secundárias. É comum confundirem-se significados civilizadores dessas práticas locais com referências que examinam experiências próprias à região européia em tempos de transição para o capitalismo e de conquista de direitos sociais sob o *Welfare State*. Mas referências no campo dos direitos sociais, nessa perspectiva, desconsideram inúmeras formas assumidas por essas práticas primárias nas muitas transições para o sistema fabril. Em geral, repõe-se a tese da transição para o sistema fabril do caso inglês, reafirmando noções generalizantes sobre um padrão reprodutivo calcado no sistema fabril e no trabalho assalariado. Singularidades do caso brasileiro, principalmente, a longa experiência da escravidão e, ainda, os muitos regimes de assalariamento precário ou de trabalho compulsório nela engendrados, nem sempre são precisamente conceituados. Esse mesmo modelo analítico vai apoiar análises das relações entre o público e o privado através da “teoria das esferas separadas” , admitindo a circunstância do deslocamento do trabalho assalariado das casas para as fábricas, momento pensado como coincidente com o da separação dos espaços privado e público -, algo que também não se dá do mesmo modo em nenhum lugar (Scott, 1994). No Brasil, mesmo que muitas mercadorias venham a reduzir encargos de penosos processos de trabalho artesanais, há por considerar nesse *household* a persistência da maternidade transferida de umas para outras mulheres, organizadas em redes familiares, de compadrio, de vizinhança que chegam aos dias atuais, dispensando a montagem de sistemas protecionistas secundários, tão visíveis na marcha das relações capitalistas nos países industriais. Por diferentes modos, aquele grande departamento de produção de bens de uso corrente dos trabalhadores permanece imprescindível à manutenção de salários a baixo custo, sob o sistema fabril, daí o trabalho gratuito ou mal remunerado de um enorme exército de mulheres pobres (Costa, 2002). Tratar a formação do operariado nas condições de crescente assalariamento – situação própria ao mundo industrial e no interior da teoria das esferas separadas - muito oculta da dialética dos padrões de reprodução da riqueza e da pobreza e nela, a das práticas protecionistas. As condições do escravismo colonial não são as mesmas do modelo global de análise da transição inglesa e nunca foram tomadas como objeto de *O Capital*. Adotar tal modelo torna homogêneas transformações da esfera privada e, com elas, as das relações de gênero que, ao contrário, além de extremamente

diversificadas, muito explicam das decisões de investimentos capitalistas que apóiam a pobreza das nações.

No século XIX, persiste a transferência da maternidade de poucas mulheres que saem para o espaço público, para outras muitas pessoas (escravos/as, criados/as e empregados/as, vizinhos e familiares) que as assumem, em seu nome, uma regularidade do regime escravista que conhece continuidades transformadas. Se itens de consumo podem mudar, integral ou parcialmente, práticas domésticas, simplificando etapas e, quase sempre, redefinindo relações sociais no desempenho das “obrigações femininas”, resta avaliar a associação de avanços tecnológicos no domínio da casa com saídas femininas para o espaço público. Trata-se de um importante lugar teórico na análise dos acessos a direitos nessas transições, desde que se admita práticas protecionistas como partes dos padrões de reprodução social.

A globalização dos circuitos de mercadorias remete também a mudanças de costumes imputadas à formação da família nuclear sob a industrialização. No Brasil, nas condições próprias ao século XIX, antigos e novos modelos de organização familiar estão se efetivando e, neles, as obrigações femininas. Famílias comunitárias no século XIX e XX e, mesmo no XXI, segundo pesquisas recentes, prestam serviços diversos, quase sempre em redes, interconectadas com famílias nucleares. São serviços gratuitos de cuidados, mas também, pagos de muitas formas, nem sempre com moeda e sob muitas alegrias e desventuras. Martins Pena, na peça teatral *Quem casa, quer casa*, encenada no Rio em 1845, nesse título, anuncia tensões na formação de uma dada família nuclear – no caso, da pequena burguesia urbana (Magalhães Junior, 1972). Título e enredo da peça são indicativos de uma desejada forma de ruptura com elos e agruras da convivência comunitária, firmados por laços de sangue e de afinidades e em práticas de longa duração histórica. Se a propagação dessa máxima reafirma a noção de que, no século XIX, famílias nucleares se formam e se expandem, quase nunca eliminam práticas comunitárias que, atualizadas, assentam-se em muitas redes sociais, presentes em enredos de outras de suas peças teatrais do mesmo período. O mais importante são os significados dessas redes. As famílias extensas prosseguem sob o advento da família nuclear em formação, atualizando hábitos protecionistas em muitas conexões pessoais e comunitárias, mas dispensando investimentos públicos na esfera dos cuidados (Costa 2002). A redução de encargos domésticos e saída das mulheres para o espaço público dependem de sistemas protecionistas, ainda mais se considerados dados demográficos: as taxas de natalidade do século XIX formatam proles numerosas e pré-destinam mulheres às tarefas de cuidados. Os sistemas secundários de proteção social – aqueles formados por instituições públicas e privadas de cuidados diversos de crianças, velhos e doentes – quando surgem e mesmo quando se expandem, não eliminam esses sistemas primários tradicionais e de baixo custo. No Brasil, em especial, no Rio de Janeiro, a intensificação das saídas de mulheres de classes médias e altas do espaço doméstico e suas conquistas de direitos sociais, sobretudo, no que tange a acessos ao ensino superior - ocorrem nesse quadro, sustentado por mulheres pobres na condição de cuidadoras - escravas e depois empregadas precariamente remuneradas - às quais idênticos direitos são negados. Por tudo isso, mudar os dados do problema da transição no Brasil,

entendendo-os nessa chegada singular ao capitalismo globalizado, permite reavaliar muitos e diferentes padrões reprodutivos e, neles, os protecionistas, localizando circunstâncias em que se movem.

Uma outra questão é atribuir-se um peso considerável ao processo de europeização - vindo com as comodidades trazidas pela abertura dos portos e com a família real para o Rio de Janeiro, saudadas como sinônimo de progresso, das muitas transformações da vida social do país e do Rio do século XIX. Apagam-se, nessa perspectiva, os modos pelos quais as práticas locais respondem, nessa conjuntura, às relações mercantis que avançam em diferentes áreas coloniais. Ao longo dos oitocentos no Rio de Janeiro, é usual o destaque sobre os ganhos desse “processo de europeização dos costumes”, um conjunto de aprimoramentos intelectuais e das artes intensificado crescentemente, mudando práticas e ritmos. Isso fica evidente em registros de viajantes de diversas conjunturas do século XIX. Muitas abordagens historiográficas persistem numa perspectiva de mão única em que quase nunca são avaliadas transformações processadas por força das experiências locais.

Esse processo de “europeização” defronta-se com regras de viver singulares. Mas como pensa, em algum momento, Sergio Buarque de Holanda (1978), faz-se sentir mais em algumas parcelas da população, caso das camadas sociais médias e altas, significando incorporação de “progresso”, deixando de atuar sobre outras, mais pobres. Considerando relações sociais peculiares ao *household* dessa região, essa incorporação não pode ser entendida fora de uma perspectiva relacional de ricos e pobres. No século XIX, como em outras épocas, numa cotidiana aprendizagem, adultos e crianças, ricos e pobres, prosseguem construindo relações sociais – de gêneros, classes, raça/etnias e gerações, próprias a essa formação histórica. Na intimidade, essas relações, complexas e sob muitas ambigüidades, presidem a organização de tarefas ligadas à produção da subsistência e do conforto, sua supervisão e seu controle, com tradições que conhecem novidades vindas de fora, mas que são assimiladas ou não, mudando ou não saberes e fazeres domésticos. De fato, mercadorias, tanto artesanais como fabris de uso doméstico, além de utensílios diversos - de cozinha, de costuras - , outros, como condimentos, caso dos vinagres, de bebidas usuais, como licores, como material de limpeza, caso de branqueadores de algodãozinho de tantos usos, pastas dentífricas e sabões; apetrechos de iluminação, como velas e fósforos, e tantos itens da cosmética feminina - propagam desigualmente mudanças de ritmos da intimidade. Podem desregular ou não alguns dos antigos usos do tempo, nem sempre todos. Uma extensa lista de itens domésticos, desse modo, redefine ou não certas práticas reprodutivas usuais - em geral, ligadas à subsistência -, mas pouco se sabe de seus impactos sobre sentidos civilizadores de antigas práticas sociais.

Atribui-se ainda à europeização a instrução formal das mulheres. Todavia, os acessos a essa instrução têm dependido das estruturas de cuidados. Senão dispõem delas, as mulheres deixam de romper ou rompem com dificuldades suas “obrigações”, longamente reafirmadas na mitologia da maternidade (Badinter, 1978), alimentada pelas elevadas taxas de natalidade do país que só mudam, substantivamente, nos anos 60 do século XX, ao contrário do mundo industrialmente avançado (McLaren, 1997). Tantas vezes traduzida como uma

face da europeização em marcha no século XIX, a chegada à instrução como a das mulheres da Europa ou dos EUA, também conhece códigos locais. A incorporação de costumes europeus – e mesmo os de uma para outra região brasileira – defronta-se com esses códigos. Mesmo num núcleo de tradição aristocrática europeia como o Paço Imperial, nos anos 20 do século XIX, a curta experiência vivida por Maria Graham, inglesa, contratada pela Imperatriz Leopoldina, como preceptora das princesas imperiais, será de estranhamento e de rechaço a sua sabedoria por parte de amas portuguesas, resistentes à estrangeirice de ambas (Correspondencia, 1940). Cultivos intelectuais dessa jovem mulher associados aos da imperatriz ameaçam rotinas usuais dessas fiéis, mas rudes damas portuguesas, cuidadoras das meninas. A inglesa sabe, por sua vez, dos impactos que seus hábitos causam, a cada dia. Intencionalmente, estudara formas de alçar uma posição no topo das hierarquias dos serviços prestados às princesas, fazendo acentuar suas distâncias culturais em relação à criadagem do Palácio (p. 101): “O último caixote que pude abrir diante deles, [...] - e eu confesso que o escolhi maliciosamente - foi um pacote contendo um par de globos Cary¹¹, de dois pés, lindamente ornamentados [...]” Não satisfeita, expôs “[...] num canto do caixote, alguns instrumentos para fazer observações sobre o tempo e o clima, como um higrômetro de Leslie, ciânometro etc. Os gritos de maravilhoso! Maravilhoso! só foram interrompidos pelos ruídos das patas dos cavalos do Imperador [...]” (p. 109). Nada disso, porém, fora suficiente para reconhecer-lhe qualquer autoridade... Logo, logo, a preceptora inglesa, portadora de tantas e sábias novidades, será dispensada pelos ressentimentos postos por sua exibida sabedoria. Subalternizadas pelas novas práticas pedagógicas, as damas, numa trama bem urdida, tentaram manter a hegemonia dos hábitos portugueses. Ainda que garantam a expulsão da inglesa, por ordem direta do Imperador, causando fundos constrangimentos à Imperatriz, vêem, a seguir, suas práticas superadas, primeiro, por orientação da igreja católica, através de um padre, e logo depois, por uma veneranda e culta aristocrata portuguesa. O aprimoramento cultural das princesas, no final das contas, se imporá em novos termos, atualizando antigas tradições portuguesas. No caso, ocorrem mudanças porque as coisas, de algum modo, conhecem continuidades. Resistências às mudanças de costumes, no caso, associadas a temores de intrusão estrangeira ameaçadora a certas práticas, também se verificam em iniciativas não eruditas, de preparo de atividades manuais, nem sempre bem vistas na organização escravista. A jardinagem, por algum tempo, é mantida como tarefa de escravos. Isso observa Maria Graham com relação à tentativa feita pela Imperatriz Leopoldina de introduzir suas filhas nessa arte. Pretendendo educá-las à moda europeia, encomenda pequenos jogos de ferramentas, que permanecem em desuso, “[...] porque como diziam as damas, não ficava bem às princesas estarem revolvendo a terra como negros [...]”. Segundo a inglesa, ferramentas “[...] consideradas uma pilhéria europeia da Imperatriz, que não sabia o que convinha nem ao clima do Brasil nem à dignidade dos Bragança”, por isso, são mantidas em desuso. Todavia, outras mulheres da burguesia local, na mesma época, praticam, com entusiasmo, essa atividade, fazendo experimentos com

¹¹ Trata-se de um modelo de globo terrestre fabricado na Inglaterra.

sementes e mudas, muitas importadas, como no caso de Ana Marrocos, apoiados, com entusiasmo, pelo marido.

Mulheres saem em busca de modelos civilizadores. O *Jornal das Senhoras* de 1852, a articulista Joana Paula Manso de Noronha ao se dirigir às assinantes, mostra sua indignação com a desqualificação do que chama de “Redator mulher” (O *Jornal das Senhoras*; 1852, p. 2). Lembra, em apoio, a experiência de mulheres da França da Inglaterra, da Itália, da Espanha, dos Estados Unidos, e de “Portugal mesmo”, onde abundam “senhoras dedicadas à literatura colaborando em diferentes jornais”. Lamenta que só na América do Sul a mulher esteja “estacionária”. Reconhece, porém, que o Rio “acolhera de certo com satisfação e simpatia O *Jornal das Senhoras* redigido por uma senhora [...]” disposta a “propagar a ilustração e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher”. Este grito de emancipação, porém, está contido nos costumes do tempo: esse jornal, ao chamar as mulheres a prestarem colaboração escrita, acrescentaria: “[...] guardando para isso o mais rigoroso incógnito”.

Nem sempre o modelo europeu serve de referência. A sociabilidade feminina desejada por algumas brasileiras pode invocar o exemplo norte-americano. Nos anos 30, *O Correio das Damas* propagava, junto as suas leitoras do Brasil, certo ideal de mulher, referindo-se às norte-americanas, notáveis “pela sua superioridade sobre os homens do mesmo país¹². Paira, nesse projeto, a idéia de uma divisão de tarefas civilizadoras entre homens e mulheres. Entretanto, no mesmo período, José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo registram preferências em seus romances quando arquitetam suas heroínas como mulheres educadas para os salões, informadas, mas mantenedoras da austeridade dos costumes domésticos e de sua encantadora simplicidade, em defesa das tradições rurais brasileiras. Em Alencar, há rechaço ao francesismo, tendência a seguir, *avant la lettre*, modismos de Paris, tratada por ele com profundo desprezo (COSTA, 2000). Mas são muitos os livros de receitas, romances e manuais domésticos, de diferentes nacionalidades, na língua de origem e traduzidos, que circulam e movem práticas sociais costumeiras (COSTA, S. G., 1996). Alice, por exemplo, heroína de Alencar em *O tronco do ipê*, certamente faz uso de leituras como parte de sua educação para salões, daí recorrer a livro de receitas impresso – *a Perfeita Doceira* –, como descreve o romance, instruindo-se quanto à forma de compor, com rigorosas proporções de pesos e medidas, a culinária sofisticada das mulheres de sua classe social. As práticas sociais se movem nesse encontro de novas práticas com os muitos costumes locais, nas relações sociais de classes, gêneros, raças/etnias e gerações, dentre outras, em suas constantes interseções. Dos modos de apropriação cultural das práticas vindas de longe há muito por conhecer. Os tópicos aqui apresentados apenas sugerem a extensão do que está por ser desvendado sobre transição, globalização e intimidade, – nos contínuos encontros de homens e mulheres de terras próximas e distantes. Ampliar pesquisas a respeito certamente contribuirá com mais tomadas de consciência sobre sentidos civilizadores que prosseguem, neste novo milênio, sorrateiros, construindo a pobreza e a riqueza das nações.

¹² *O Correio das Damas*. nº 6, Tomo 1. 15 de março de 1836. p. 43.

Bibliografia e outras fontes

ALMANAQUE LAEMMERT para 1848(BN).

ABREU, J. C. (1970). Introdução. In: BRANDÃO, Ambrosio Fernandes Brandão. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos.

ALENCAR, J. (1965). de *O Tronco do Ipê*. São Paulo: Saraiva.

BADINTER, E. (1985). *Um amor conquistado*. O mito do amor materno. Tradução de W. Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BERMAN, M. (1986). *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. Tradução de C. F. Moisés e A. M. L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras.

BOSERUP, E. (1987). *Evolução agrária e pressão demográfica*. Trad. de O. Queda e J. C. Duarte. São Paulo: HUCITEC.

CARTAS de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos (1998). *Anais da Biblioteca Nacional*. v. LVI, 1939. Separata. (BN) CASTEL, Robert. *Metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Editora Vozes.

CHALHOUB, S. (1990). *Visões de Liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras.

CORRESPONDÊNCIA (1940). Entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina e cartas anexas. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 60. (BC).

COSTA E SILVA, Alberto (2000). *A manilha e o limambo*. A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. COSTA, S. G. "Alice por Alice. As amarras femininas em O Tronco do Ipê." *Tempo*, (Universidade Federal Fluminense, Departamento de História), Rio de Janeiro: vol. 5, n. 9, julho.

COSTA, S. G. (2004) "Das desventuras de ser doutora". *Espaço Feminino*. (Universidade Federal de Uberlândia), n.. 15 Uberlândia.

_____ (1996). *Metáforas do tempo e do espaço doméstico*. Rio de Janeiro, século XIX. Tese de doutorado em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói.

_____ (1993), "O diário de umas e outras meninas (Aportes teóricos sobre o cotidiano feminino, Diamantina, Minas Gerais, fins do século XIX)". *Cadernos do ICHF*, Niterói, n. 60, set.

_____ (1988) *Pau-para-toda- obra*. Subsídios para o estudo do processo de subordinação do trabalho. (Brasil: século XVI-XIX). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói.

_____ (2º. semestre de 2002). "Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva" *Estudos Feministas*. CFH/CCE/UFSC/, n.2 vol.10, Florianópolis:

COMÉRCIO DE LENHAS, papéis separados por ordem cronológica. 1830 a 1904. Códice 58-4-27. AGCRJ.

EBEL, E. (1972). *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. Tradução de J. de S. Leão Filho. São Paulo: Editora Nacional.

EDMUNDO, L . (1951). *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Aurora. v.1.

ELIAS, N. (1989). *Sobre el Tiempo*. México: Fondo de Cultura.

_____ (1990). *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. Tradução de R. Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar.

EXPILLY, C. (1864). *Le Brésil tel qu'il est*. Paris: Charlieu et Huillery Librairies-Éditeurs.

_____ (1977). *Mulheres e costumes do Brasil*. 2. ed. Tradução de G. Penalva. São Paulo: Editora Nacional. (BC).

FREYRE, G. (1987). *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 25 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio.

_____ (1990). *Sobrados e mucambos*. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 8. ed. Rio de Janeiro: Record.

GRAHAM, Maria (1990). *Diário de uma viagem ao Brasil*. Tradução de A. J.L. J. Belo Horizonte: Editora da Universidade de São Paulo.

GRAHAM, R. (1973). *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914*. Tradução de Roberto M. de Almeida. São Paulo: Brasiliense.

HOBBSBAWM, E. J. (1979). *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 2ª. Edição. Tradução de D. M. Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

HOLANDA, S. B. De (1978). Prefácio. In: SILVA, M. B. N. da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional.

_____ (1987). *Raízes do Brasil*. 19 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio.

KARTCHEVSKY, A. (1979). *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KULA, W. *Teoria económica do sistema feudal*. Lisboa: Editorial Presença; Brasil: M. Fontes.

LANDES, David S. (1994). *Prometeu desacorrentado*. Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____ (1998). *A riqueza e a pobreza das nações*. Por que algumas são tão ricas e outras tão pobres? Tradução de Álvaro Cabral. 7ª. edição. Rio de Janeiro: Campus..

LEITHOLD, T. von, RANGO, L. von (1966). *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. Trad. de Joaquim de Souza Leão Filho. São Paulo: Editora Nacional.

LERY, Jean de (1926). *História de uma viagem feita à terra do Brasil*. Tradução de Monteiro Lobato. Rio de Janeiro/São Paulo Companhia Editora Nacional.

LUCOCK, J. (1975). *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Trad. M. da S. Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia.

MACEDO, J. M. De (1993). *A Moreninha*. 23ª. ed. São Paulo: Ática.

_____ (2004). *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Garnier.

MAGALHÃES JUNIOR, R. (1972). *Martins Pena e sua época*. 2. ed. São Paulo: LISA.

MARX, K. (1975). *O capital*. 3ª. Edição. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. Livro1, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

McLAREN, Angus (1997). *História da contracepção da antiguidade á actualidade*. Tradução T. Perez. Lisboa: te Terramar.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. *Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, v.LVI, separata.

MORLEY, H. (1979). *Minha vida de menina*. Cadernos de uma menina provinciana nos fins do século XIX (Diário de Helena Morley). 15 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio,.

NEEDELL, J. (1993). *Belle époque tropical*. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras,.

O CORREIO DAS DAMAS. Jornal de Literatura e de Modas. Lisboa, n. 11-1837, n. 1, 2, 4, 6-7, 9-10, 12-1844, n. 13-17, 20-24-1845. (BN).

O JORNAL DAS SENHORAS: Modas, Literatura, Belas Artes, Theatros e Crítica. Rio de Janeiro, Tipografia Parisiense, jan./dez. 1852-1853. (BN).

POLANYI, K. (1980). *A grande transformação. As origens de nossa época*. Tradução de F. Wrobel. Rio de Janeiro: Campus.

SAHLINS, M. (1970). *Sociedades Tribais*. Tradução Y. M. A. Velho. Rio de Janeiro: Zahar.

_____ (1990). *Ilhas de História*. Trad. de B. Sette. Rio de Janeiro: Zahar.

SCOTT, J. W. (1991) "A mulher trabalhadora". In: FRAISSE, G. PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente. O século XIX*. Trad. M. H. da Cruz Coelho et al. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: EBRADIL.

SILVA, M. R. N. Da (1988). *Negro na rua. A nova face da escravidão*. São Paulo: HUCITEC.

SMITH, Adam. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Tradução de Conceição Jardim, Maria do Carmo Cary e Eduardo L.

Nogueira. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial, 1974. (Coleção Os Pensadores).

SPIX, MARTIUS (1981). *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Trad. L. F. Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia, 3 v.

STADEN, Hans (1974). *Duas viagens ao Brasil*. Tradução de Guiomar de C. Franco. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo; Ed. da Universidade de São Paulo.

THOMPSON, E. P (1998). *Costumes em comum*. Estudos sobre cultura popular tradicional. Tradução de R. Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras.

WALLERSTEIN, I. (1985). *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1989. São Paulo: Brasiliens.

WILIAMS, E. (1975). *Capitalismo e escravidão*. Trad. Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Americana.